



Diário Eletrônico Judicial II nº 293
Disponibilização: 03/12/2019
Publicação: 04/12/2019

JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ
Rua Itacolomi 710 - Bairro Centro - CEP 85501-240 - Pato Branco - PR - www.jfpr.jus.br
Rua Itacolomi, esq. com Av. Tupi, 710

PORTARIA Nº 1673/2019

Dispõe sobre a suspensão dos processos que tratam acerca da rentabilidade do saldo do FGTS e que tramitam na 1ª Vara Federal de Pato Branco-PR.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR RAFAEL WEBBER, JUIZ FEDERAL DIRETOR DO FORO DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PATO BRANCO, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO a medida cautelar deferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5090 (Relator Ministro Roberto Barroso), determinando a suspensão de todos os feitos que versem sobre a rentabilidade do FGTS, até julgamento do mérito pelo Supremo Tribunal Federal;

CONSIDERANDO o elevado número dessas ações distribuídas nesta Vara Federal;

CONSIDERANDO o artigo 93, XIV, da Constituição Federal, bem como o artigo 162, §4º, do Código de Processo Civil, que autorizam a delegação da prática de atos meramente ordinatórios;

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar os servidores a suspender as ações que versem sobre a rentabilidade do FGTS, até o julgamento do mérito da ADI nº 5090 pelo Supremo Tribunal Federal, mediante ato ordinatório em referência expressa a esta Portaria.

Art. 2º. Revogar a Portaria n. 596, de 10 de março de 2014, que dispõe sobre a suspensão das referidas ações com fundamento no Recurso Especial n. 1.381.683/PE, pela Primeira Seção.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Webber, JUIZ FEDERAL**, em 29/11/2019, às 16:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **4940328** e o código CRC **142E8A39**.

0003307-64.2017.4.04.8003

4940328v3